



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

LEI N.º 1.617/2011

DATA: 21/03/2011

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a estabelecer convênio com a Associação Centro-Oeste do Paraná de Estudos e Combate ao Câncer - ACOPECC e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo do Município de Pinhão autorizado a firmar convênio, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com a **Associação Centro-Oeste de Combate ao Câncer - ACOPECC**, inscrita no CNPJ sob n.º 05.070.802/0001-91, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal n.º 1.168/2004, de 18/05/2004.

Art. 2.º - O convênio a que se refere o artigo anterior desta Lei destina-se ao auxílio financeiro para aquisição de material de consumo e serviços de pessoa jurídica/física, a saber: assistência social aos pacientes portadores de câncer, manutenção da entidade, funcionários e demais necessidades e atividades de caráter social e preventivo ao câncer, desenvolvidas pela **Associação Centro-Oeste de Combate ao Câncer – ACOPECC** no Município de Pinhão, conforme termo de aplicação a ser apresentado pela referida entidade.

Art. 3.º - As despesas do convênio ora autorizado correrão por conta da dotação orçamentária 08.244.00072-094 – Apoio à ACOPECC, conta 3830///3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais, da Secretaria Municipal de Assistência Social.



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 4.º - O montante citado no art. 1.º desta Lei será repassado em 10 (dez) parcelas mensais ou conforme disponibilidade financeira do Município.

Parágrafo Único: A ACOPECC deverá prestar contas até 60 (sessenta) dias após o vencimento do convênio ao Setor de Contabilidade do Executivo Municipal, e este após 15 (quinze) dias deverá prestar contas à Câmara Municipal, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5.º - Fica condicionado o repasse de que trata esta Lei à apresentação das certidões conforme a Resolução n.º 003/2006, Regimento Interno do TCE e Lei Complementar n.º 113/2005.

Art. 6.º - O período de vigência do convênio de que trata esta Lei estará compreendido entre a data de sua assinatura e 31 de dezembro de 2011.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão,
Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e onze, 46.º
Ano de Emancipação Política.**


José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal